



V Fórum Social Mundial (25-31/1/2005)

CONFLUÊNCIA DE PROPOSTAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A confluência que se segue está referida nos relatos de 30 atividades relacionadas ao campo da economia solidária, realizadas no âmbito do eixo temático “Economia Soberana por e para os Povos – Contra o Capitalismo Neoliberal” do V FSM, ocorrido em Porto Alegre, entre os dias 27 e 30 de janeiro de 2005. O presente texto busca reunir as proposições e estratégias suscitadas em cada uma dessas atividades, dando seguimento ao processo de confluência iniciado durante o próprio Fórum¹. O objetivo é extrair indicações de ações locais, nacionais e globais que possam ser compartilhadas pela diversidade de atores da economia solidária. Pretende-se, assim, contribuir com a ampliação do horizonte de ação da economia solidária e com a construção de convergências entre os seus atores.

Uma questão que permeia todas essas atividades é a aposta na construção de uma nova ordem social em que a pessoa e não o lucro esteja no centro da ação econômica. Trata-se de um projeto social transformador, que promove a solidariedade de maneira transversal no conjunto da economia e da sociedade, bem como o estabelecimento de uma economia baseada em valores éticos, fomentando um verdadeiro desenvolvimento da seguridade humana. Assume-se a cooperação e autogestão e não a competição e a concentração de poder como fatores dinamizadores. Reconhece-se que as práticas da economia solidária possuem não apenas um valor econômico e de desenvolvimento durável, mas também um valor social que se exprime em termos de vínculos sociais, da democracia econômica e da luta contra as desigualdades e a exclusão. Nessa perspectiva, identificam-se alguns aspectos prioritariamente levantados como proposições e estratégias, agrupados em quatro campos de intervenção.

1. Fortalecimento dos atores da economia solidária

Uma constatação na prática da economia solidária diz respeito à diversidade de atores presentes em sua realização. Entre esses atores se relacionam organizações econômicas no campo da produção sustentável, do comércio justo, do consumo ético, das finanças solidárias, dos serviços de proximidade, assim como produtores de tecnologia. Além do que, tais organizações se apresentam sob diferentes formas de propriedade. A fim de aproveitar a dita pluralidade, esses atores desenvolvem redes de articulação setorial e intersetorial nos âmbitos local, nacional e internacional, que constituem espaços de cooperação e comunicação que fortalecem a dinâmica das organizações.

Em favor do fortalecimento dos atores da economia solidária se propõe:

- A superação do divórcio entre Trabalho e Capital através de formas associativas e autogestionárias de propriedade e de gestão, erradicando assim toda forma de exploração do trabalho, saber e criatividade humanos.
- A formação e capacitação política e técnica dos líderes e gestores das experiências.
- A condução democrática e transparente das organizações dos empreendimentos e das assessorias.
- A participação das mulheres e homens em equidade e cooperação mútua.

1. Este documento finaliza o trabalho de confluência iniciado durante o Fórum. Esse trabalho foi realizado por uma comissão definida em reunião do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e diferentes redes de economia solidária, na véspera da abertura do V FSM. A comissão de confluência está formada por Nedda Angulo e Alfonso Cotera – GRESP/Peru, Carola Reintjes – IDEAS/Espanha, João Roberto Lopes Pinto e Luiz Inácio Gaiger – FBES/Brasil.

- Manejo de instrumentos e ferramentas modernas que facilitem e potencializem o trabalho associado.
- Apoiar métodos de avaliação participativa pela iniciativa dos atores de terreno com dispositivos adequados que lhes permitam reforçar sua dinâmica interna.
- Promover alianças estratégicas com universidades e centros tecnológicos.
- Desenvolver campanhas públicas voltadas a promover o consumo consciente, incluindo campanhas educativas nas escolas.
- Promover a articulação das experiências de produção sustentável, o comércio justo, o consumo ético, os serviços de proximidade, as finanças solidárias e o intercâmbio de saberes (tecnologia) nos âmbitos locais e sua articulação em níveis estratégicos maiores: regional, nacional e global.

2. Interação dos atores de economia solidária com o mercado

Outro campo de ação prioritária diz respeito à apropriação crescente do mercado por parte dos atores de economia solidária, edificando pouco a pouco um mercado inspirado nos valores da cooperação e da solidariedade, e valorizando outras formas de intercâmbio para além do mercado.

Nessa perspectiva se propõe:

- Fortalecer e constituir redes entre produtores rurais e consumidores urbanos, contra os intermediários que exploram e os supermercados que maximizam seus preços.
- Desenvolver práticas de resgate dos hábitos alimentares tradicionais, próprios da cultura local (por exemplo, casas da memória da alimentação, a exemplo do RS).
- Promover as finanças solidárias vinculadas ao desenvolvimento local/comunitário.
- Constituir em um horizonte de 5 a 10 anos uma instituição financeira internacional de finanças solidárias.
- Pautar o desenvolvimento da comunidade local no ano internacional do micro-crédito, no âmbito da articulação da Índia, Sri Lanka e Brasil.
- Sistematizar e socializar um catálogo de empreendimentos através de um portal eletrônico.
- Abrir-se a outras formas de comercialização, inclusive com moedas alternativas.
- Fomentar a constituição de lojas de economia solidária.
- O desenvolvimento de cadeias produtivas passa pela democratização de tecnologia, necessária para que não se reproduza uma cadeia de exploração entre os próprios empreendimentos.
- Produzir um quadro geral de indicadores das atividades de economia solidária (comércio justo, finança solidária) sobre o desenvolvimento local e que possa se adaptar às condições locais.
- Fazer do “selo ecológico” um indicador de desenvolvimento sustentável dos territórios, que demonstre através de um relatório anual a dívida ecológica dos países do Norte em relação aos do Sul.
- Ampliar o “índice de planeta vivo” (WWF) para medir o impacto da degradação da biodiversidade sobre a saúde das populações, em particular das populações indígenas.
- O comércio justo deve vincular-se ao desenvolvimento dos territórios, para deixar de ser apenas um nicho de mercado e passar a ser uma prática cotidiana em todos os espaços do dia-a-dia. Este comércio deve ter cinco aspectos:
 - a) Intercâmbio das experiências das redes de comércio justo existentes e agregação de novas para uma articulação do Sul.
 - b) Fomentar que as redes de comércio justo incorporem prioritariamente empreendimentos solidários, baseados em relações associativas.
 - c) Desenvolver imediatamente práticas de comércio justo sul-sul;
 - d) Inserir nas políticas públicas de integração regional e a questão do comércio justo.
 - e) Desenvolver campanhas públicas voltadas a promover o consumo consciente, incluindo campanhas educativas nas escolas.

3. Relação dos atores da economia solidária com o Estado

Outro aspecto refere-se ao reconhecimento da importância do papel do Estado e das políticas públicas para o desenvolvimento dos empreendimentos de economia solidária. Nesse sentido, propõe-se:

- Desenvolvimento de políticas nos níveis federal, estadual e municipal
- Inserir a questão do comércio justo nas políticas públicas de integração regional.
- Trabalhar pela inclusão nos currículos escolares a formação em economia solidária.
- Promover o reconhecimento por parte do Estado dos atores da economia solidária e o estabelecimento de políticas públicas de fomento.
- Assegurar que as compras governamentais em todos os níveis do Estado atendam diretamente aos produtores da economia solidária.
- Assegurar que o Estado incentive os empreendimentos solidários e a recuperação de empresas pelos trabalhadores dentro da concepção de que tais empreendimentos geram riqueza, distribuem renda, têm maior preocupação com o meio ambiente, além de terem compromisso com a comunidade.
- Troca de experiências entre as organizações de diversos países da América Latina é fundamental no que diz respeito à questão legal e deve ter como fundamento três pontos: conhecer a legislação vigente nos vários países; conhecer a experiência de empreendimentos que conseguiram resolver seus problemas com as leis; estabelecer quais as demandas e problemas enfrentados nos diversos países.
- Restaurar o Estado social no Norte; e no Sul construir os Estados sociais atualmente inexistentes.
- Destaca-se a importância da intervenção reguladora do Estado sobre o setor privado. Nesse sentido se propõe:
 - a) Controle e monitoramento públicos da responsabilidade social das empresas.
 - b) Democratização dos organismos multilaterais (ONU, OMC, Banco Mundial, FMI).

4. Relação da economia solidária com outros movimentos sociais

Um aspecto prioritário para os atores da economia solidária refere-se, em conformidade com o espírito de diálogo e aproximação com a diversidade do Fórum Social Mundial, à sua vinculação com o conjunto dos movimentos sociais que atuam na construção de uma nova ordem social. Nessa perspectiva, destacam-se as proposições, ordenando-as conforme o movimento social a qual se referem.

Movimento Altermundialista

- Participar da defesa de ações concretas em favor da soberania alimentar na próxima Conferência Interministerial na OMC. O direito dos povos ao acesso a alimentos de qualidade implica no direito de os produzirem, valendo-se de controles de importação e exportação como formas de assegurar a soberania alimentar.
- Estabelecer as condições para a transformação e/ou substituição das instituições financeiras e do comércio mundial (OMC, Banco Mundial, FMI, bancos regionais multilaterais) por novos organismos que possam gerir democraticamente a finança e o comércio mundial; tais organismos devem ser independentes dos EUA e das transnacionais e sob o controle das Nações Unidas reformada.
- Desenvolver uma campanha mundial para reestruturar as Nações Unidas em torno de valores ligados aos direitos humanos e sociais e ao direito dos povos ao autodesenvolvimento; reduzir o poder da Comissão de Segurança e ampliar o poder da Assembléia Geral da ONU.
- Demandar às Nações Unidas de regular os fluxos de capitais para pôr fim às guerras tributárias entre e no seio das nações, bem como de controlar o estabelecimento de códigos de conduta para as empresas e impor sanções contra as violações.
- Organizar uma campanha cidadã para retirar da OMC as negociações sobre os bens comuns, os serviços públicos, a propriedade intelectual e os investimentos; esses últimos não estão diretamente ligados ao comércio e não devem ser negociados no mercado.
- Exercer uma pressão sobre os governos para suprimir subsídios às transnacionais e canalizando-os para as pequenas e médias empresas e para o desenvolvimento local.
- Utilizar cada abertura na ordem existente para avançar na luta pela justiça global.
- Divulgar as alternativas existentes: partilhar as políticas e as práticas que produzem inovações pertinentes e articulá-las em rede em todos os níveis.
- Vencer a concentração de poder monetário e financeiro e encorajar a democratização do dinheiro de maneira que se torne um simples meio de troca e um símbolo do trabalho, de seu conhecimento e

criatividade.

- Encorajar sistemas de taxaço justa e progressiva que sirvam   redistribui o da riqueza e da renda.
- Deter as evasões fiscais e abolir os para s fiscais.
- Encorajar a rela o entre países e povos baseadas na coopera o e solidariedade, proporcionalmente ao poder econ mico de cada países ou grupos de países.
- Combinar três estratégias de modo dinâmico e criativo: a) investiga o, crítica e denúncia de uma ordem injusta, opressora e alienante das institui es e rela es sociais; b) propor novas regras, regula es e reformas que reduzam os efeitos desumanos da ordem existente e preparem uma transforma o mais profunda; c) criar uma nova realidade no interior da antiga, construir rela es socioecon micas solidárias, de redes e políticas públicas aqui e agora.
- Apoio a campanhas e iniciativas de boicote às empresas transnacionais.
- Boicote intensivo   empresa Coca-Cola.
- Reestruturar a ajuda para o desenvolvimento de modo que as agências internacionais, os governos nacionais, os coletivos territoriais e as ONGs apoiem projetos de empreendimentos de economia solidária.
- Sustentar as economias locais sob o princípio da subsidiariedade.
- Apoiar a popula o da  ndia na luta contra a viola o dos direitos humanos: casamento infantil, assassinato de recém-nascidas e outras formas de viola o.

Campanha D vida Ecológica

- Fomentar a consciência dos povos do Sul de que eles são os povos credores das d vidas históricas, sociais e ecológicas, a fim de fortalecer a resistência e defender seus direitos humanos, sociais, culturais, coletivos e ambientais, através de:
 - a) Recuperar a história ecológica de nossos povos.
 - b) Identificar e tornar visíveis as d vidas históricas, sociais e ecológicas.
 - c) Impulsionar campanhas sobre a ilegitimidade da d vida externa e promover as auditorias integrais.
 - d) Alertar sobre a proposta de que a troca da d vida por projetos sociais ou ambientais não   o caminho.
 - e) Promover espaços de reflexão e debate sobre as d vidas históricas, sociais e ecológicas a nível local, nacional e internacional.
 - f) Criar articula es Sul-Sul e Sul-Norte para exigir a anula o da d vida externa e o reconhecimento das d vidas do Norte em rela o ao Sul.
- Alcançar o reconhecimento internacional das d vidas históricas, sociais e ecológicas com o objetivo de lutar contra a impunidade:
 - a) Na es Unidas: na Comissão de Direitos Humanos, Corte Internacional de Justiça e Tribunal Internacional de Haia.
 - b) Governos nacionais, parlamentos e sistemas nacionais de justiça.
 - c) Encontrar espaços para que as IFIs e as transnacionais possam ser julgadas por essas d vidas e sancionadas tanto civil como plenamente.
 - d) Exigir a repara o aos povos afetados pelas atividades responsáveis pelas d vidas sociais e ecológicas.
 - e) Exigir o respeito   Conven o 169 da OIT.
 - f) Exigir a imediata desmilitariza o do Haiti e da Tríplice Fronteira do Paraguai, Argentina e Brasil. Lutar contra o Plano Col mbia.
- Reduzir a acumula o da d vida externa, social e ecológica, através de:
 - a) Parar a execu o de projetos de infra-estrutura multimodal orientados para facilitar o saque de recursos naturais do continente, como o Plano Puebla-Panamá na América Central, a Iniciativa de Integra o Regional para a América do Sul (IIRSA) e outros acordos de integra o na Ásia e África.
 - b) Deter novos projetos de explora o de recursos naturais e do agronegócio por parte das corpora es transnacionais e outras.
 - c) Deter os tratados de livre comércio e substituí-los por tratados de genuína coopera o entre

as Nações.

d) Pressionar pela redução do sobreconsumo e o desperdício dos países do Norte e das elites de todo o mundo.

Movimento de Gênero

Uma relação que foi privilegiada nas diversas atividades do FSM foi a aliança com os movimentos de gênero. Nas discussões se fez evidente a existência de diferentes remunerações para a mesma duração da jornada de trabalho, segregação ocupacional, desigual acesso a recursos econômicos tanto no nível social quanto familiar, existência de um desconhecimento do valor do trabalho reprodutivo, desigual distribuição do tempo de lazer por parte dos homens e mulheres (a organização da rotina é diferente, tanto no nível de produção quanto de reprodução). Além do que, destacou-se a necessidade de não perder de vista as diferenças de salários existentes entre as próprias mulheres, o que exige não isolar as análises de gênero de outras categorias, como as de classe e etnia, assegurando que as mudanças de paradigmas sejam integradas no cotidiano das mulheres pobres.

Foi ressaltado que mudar esta situação demanda a ação conjunta de homens e mulheres, pois o verdadeiro inimigo é a lógica do pensamento econômico, que condiciona as ditas desigualdades ao inviabilizar certas atividades econômicas para facilitar a maximização da ganância e do acúmulo de capital. Quanto à isso, propõe-se:

- Que a economia solidária seja um veículo que torne visível tanto a situação de iniquidade de gênero como o aporte das mulheres na economia, e que promova mudanças incidindo na igualdade entre homens e mulheres em bases normativas, em sua participação equitativa nos planos da produção e reprodução, bem como na sua formação política para democratizar as relações de poder. Não basta dizer que a economia solidária é uma alternativa se não se avança na equidade de gênero.
- Levantar em conta a contribuição das mulheres na criação da riqueza e reconceituar uma série de conceitos como os de renda, riqueza, trabalho e rentabilidade (econômica/social); integrar a questão de gênero nos indicadores sociais, em particular nos indicadores de pobreza.
- Avaliar o aporte das experiências de microcrédito em termos do efetivo empoderamento das mulheres.
- Promover iniciativas de trabalho autogestionário para posicionar a mulher de maneira mais justa diante da flexibilização laboral.
- Respalidar a organização das mulheres no nível local, regional e global para a efetivação de políticas públicas que promovam a participação equitativa de homens e mulheres no trabalho produtivo e reprodutivo.
- Fomentar o reconhecimento social e uma redistribuição solidária das responsabilidades domésticas.
- Na programação do encontro de novembro em Dakar a questão de gênero deve ser tratada mais como recorte transversal em todas as atividades do que ser objeto de uma abordagem temática. Deverá ser um espaço importante para aprofundar a discussão e as propostas em torno à equidade de gênero e se alcançar compromissos de ação com respeito aos próximos quatro anos de parte dos distintos atores econômicos, sociais e políticos que participem.
- Apoio à petição mundial do direito a paridade de gênero na conferência de Beijing + 10.

Movimento do Software Livre

- Incentivar políticas públicas municipais e estaduais que favoreçam o uso do software livre nos órgãos públicos e que os recursos assim economizados sejam redirecionados em políticas de inclusão digital como para compras de equipamentos para telecentros públicos.
- Inserir a temática da economia solidária no 6º Fórum Internacional do Software Livre, que será realizado em Porto Alegre, em junho de 2005.
- Organizar oficinas para mulheres sobre inclusão digital que utilizem software livre.

Lista das atividades incluídas na confluência (incluindo informação sobre a relatoria²):

1. *Economia Solidária: desenvolvimento soberano e sustentável* – Deuzani Cândido – FBES.
2. *Tecnologia: qualidade do produto, do trabalho e da vida* – Deuzani Cândido – FBES.
3. *Economia Solidária e Estado: radicalização da democracia* – Deuzani Cândido – FBES.
4. *Redes e Cadeias de Produção, Comercialização e Consumo* – Deuzani Cândido – FBES.
5. *Finanças Solidárias no Brasil* – Deuzani Cândido – FBES.
6. *Movimentos Sociais e Economia Solidária: segmentos protagonistas na construção da economia solidária* – Deuzani Cândido – FBES.
7. *Economía Solidaria, una propuesta de economía al servicio de las personas* – Nedda Angulo – GRESP y RIPESS
8. *Experiências dos Empreendimentos Solidários na construção do FSM 2005* – Sergio Kapron – Guayí - Fomentadora da Em Rede
9. *Tecendo Redes de Economia Solidária* – Sergio Kapron – Guayí – Fomentadora da Em Rede
10. *Empoderamento Econômico das Mulheres e Capitalismo Neoliberal* – K. C. Basavaraju – Mahatma Gandhi Rural Development & Social Changes Trust – Índia
11. *Os desafios dos processos de educação popular e de empreendimentos de economia solidaria* – Aditepp – Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos (Iran Gaio Jr e Lílian Romão – Brasil)
12. *Projeto Espaço para a Certificação e Etiquetagem Ética* – Pierre Hauselmann – Suíça
13. *Sustentabilidade dos empreendimentos associativos e gestão democrática* – Nahyda Franca – IBASE
14. *Economia solidária e software livre* - Diogo - Bansol associação de fomento à ES
15. *Práticas, concepção e alternativas de comercialização* – Durval – FBES PI e Sebastiana MS
16. *Economia Solidária: segurança e soberania alimentar pela dignidade e segurança dos povos*– João Roberto – IBASE
17. *Cooperativas e empreendimentos solidários: comparação e cooperação entre Brasil, Itália, Espanha, EUA e Israel* – Tobias e João Prestes – Unisol
18. *Noção de riqueza e equidade de gênero na economia* – Nedda Angulo – GRESP
19. *Comércio Justo, relações norte-sul a por em dia* – Alfonso Cotera – GRESP
20. *Síntesis de varios talleres* – Taller de comércio Justo del PSES (*)
21. *Participação Econômica das Mulheres: instrumentos para a incidência em políticas públicas*– REPEM
22. *Movimento de Empresas Recuperadas e Autogestão*– Eugênia Motta – Anteag/MNER
23. *Seminário de Síntese sobre a Economia Social e Solidária* – René Lachapelle – GESQ (*)
24. *Por em rede as organizações de finanças solidárias para reforçar a economia solidária*– Yvon Poirier – INAISE
25. *Para além do culto ao crescimento: por uma avaliação plural da riqueza*– Françoise Wautiez – Pólo de Socioeconomia Solidária (PSES)
26. *Novas regulações para uma nova economia* – Marcos Arruda e Oriol Alsina – PACS/PSES
27. *Mulheres da economia solidária e novas tecnologias da informação e comunicação*– Rose Gomes – Eixo Economia Solidária do Convênio ABONG/Coordination Sud
28. *Assembléia de Credores da Dívida Histórica, Social e Ecológica*– Jubileu Sul, WCC, SEDCA, ENRED
29. *I Rodada Global de Negócios da Economia Solidária* – Marcos Arruda – PACS/PSES
30. *Responsabilidade social e comércio ético e solidário: práticas complementares*– Pierre Johnson – PSES

(*) Os itens marcados com asterisco em vermelho são relatórios de síntese de várias atividades/oficinas ocorridas no FSM2005.

2. No caso de falta de informação sobre a relatoria incluiu-se o nome da organização proponente.